

CAPÍTULO 2

AVALIAÇÃO DE IMPACTO DE INTERVENÇÕES DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO – DOS ASPECTOS TEÓRICOS À REALIDADE PRÁTICA

Impact assessment of health and development interventions - from theoretical aspects to practical reality

Évaluation de l'impact des interventions de santé et de développement - des aspects théoriques à la réalité pratique

Cátia Sá Guerreiro¹

Mariana Mira Delgado²

João Bandeira³

1. Guerreiro, CS. PhD Saúde Internacional | Universidade Nova de Lisboa (UNL), Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT), Global Health and Tropical Medicine (GHTM) | AESE Business School | Lisboa | Portugal – Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0505-2155> – E-mail: cguerreiro@ihmt.unl.pt

2. Delgado, MM. Frequência MBA | AESE Business School Lic. Serviço Social | Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Ciências Humanas | Diretora Financeira, Movimento Defesa da Vida | Lisboa | Portugal

3. Bandeira, J. MSc Estudos de Desenvolvimento | ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa | TESE – Associação para o Desenvolvimento | Lisboa | Portugal

Resumo

Uma intervenção, seja de saúde ou social, procura a resolução de um problema coletivo, envolvendo os sujeitos. A avaliação de intervenções tem ganhado uma importância crescente, almejando potenciar os resultados das intervenções. Recorrendo a um ensaio crítico, procurou-se contribuir para a reflexão intersectorial sobre a importância da avaliação de intervenções com populações/indivíduos; e promover o encontro de conceitos, estratégias e ferramentas que possam ser utilizados em diferentes setores de atividade. Depois de uma breve alusão aos conceitos de intervenção, intervenção em saúde, intervenção social, avaliação, implantação e impacto, procedeu-se à sua mobilização, concluindo de forma reflexiva. A análise da implantação parece ser a que mais se adapta à avaliação do impacto das intervenções em saúde. A avaliação do impacto social caracteriza-se pela identificação dos impactos de longo prazo de uma intervenção social, intencionais ou não. Movidos pela inquietação de avaliar o impacto das intervenções, cada setor tem produzido as suas reflexões, os seus modelos de análise, fazendo caminhos distintos. Partindo do conceito de translação do conhecimento, equaciona-se a possibilidade de o transpor para uma visão intersectorial, em que a partilha/rentabilização do conhecimento possa potenciar a avaliação do impacto das intervenções de saúde e sociais, ampliando os seus resultados.

Palavras-chave: Estudo de Avaliação como assunto/Programas sociais. Avaliação do impacto em saúde. Translação do conhecimento.

Abstract

An intervention, whether health or social, seeks to solve a collective problem, involving the subjects. The evaluation of interventions has gained increasing importance, aiming to enhance the results of interventions. Using a critical essay, we sought to contribute to the intersectoral reflection on the importance of evaluating interventions with populations/individuals; and promote the encounter of concepts, strategies and tools that can be used in different sectors of activity. After a brief reference to the concepts of intervention, health intervention, social intervention, assessment, implementation and impact, it was mobilized, concluding in a reflective manner. The implementation analysis seems to be the most suitable for evaluating the impact of health interventions. Social impact assessment is characterized by identifying the long-term impacts of a social intervention, whether intentional or not. Driven by the concern to assess the impact of interventions, each sector has produced its reflections, its analysis models, taking different paths. Based on the concept of knowledge translation, the possibility of transposing it to an intersectoral vision is considered, in which the sharing/monetization of knowledge

can enhance the assessment of the impact of health and social interventions, expanding their results.

Keywords: Assessment Study as a subject/Social programs. Health Impact Assessment. Translation of knowledge.

Résumé

Une intervention, qu'elle soit sanitaire ou sociale, cherche à résoudre un problème collectif, impliquant les sujets. L'évaluation des interventions a pris une importance croissante, visant à améliorer les résultats des interventions. À l'aide d'un essai critique, nous avons cherché à contribuer à la réflexion intersectorielle sur l'importance d'évaluer les interventions auprès des populations/individus; et favoriser la rencontre de concepts, de stratégies et d'outils utilisables dans différents secteurs d'activité. Après une brève référence aux concepts d'intervention, d'intervention sanitaire, d'intervention sociale, d'évaluation, de mise en œuvre et d'impact, il a été mobilisé, concluant de manière réflexive. L'analyse de la mise en œuvre semble être la plus appropriée pour évaluer l'impact des interventions de santé. L'évaluation de l'impact social se caractérise par l'identification des impacts à long terme d'une intervention sociale, qu'elle soit intentionnelle ou non. Animé par le souci d'évaluer l'impact des interventions, chaque secteur a produit ses réflexions, ses modèles d'analyse, en empruntant des chemins différents. Sur la base du concept d'application des connaissances, la possibilité de le transposer à une vision intersectorielle est envisagée, dans laquelle le partage/monétisation des connaissances peut améliorer l'évaluation de l'impact des interventions sanitaires et sociales, en élargissant leurs résultats.

Mots-clés: Évaluation Étude en tant que matière/Programmes sociaux. Évaluation d'impact sur la santé. Translation des connaissances.

INTRODUÇÃO

(Preâmbulo)

A minha experiência de trabalho e amizade com profissionais de saúde mostra-me a inquietude de tantos por conhecer os resultados das suas intervenções e os impactos por elas causados, tanto nos seus utentes como na saúde global, ou nos serviços e sistemas de saúde. Por outro lado, também, a minha experiência profissional e de amizade com o setor de economia social demonstra que se vive a mesma inquietação: que resultados se registram porque as intervenções sociais operam e como os podemos medir? O que muda na vida das pessoas porque os projetos existem? Saúde e Econo-

mia Social, dois setores de atividade distintos. No meu cotidiano, como que a uni-los, encontra-se uma curta palavra que foi tomando forma na minha vida – avaliação. E na origem dessa palavra, uma mulher. Uma mestra e uma amiga. Zulmira Hartz. Com ela, falava de tudo isto. Falávamos de tudo e de nada e mesclávamos conceitos, ideias, estratégias e ferramentas de avaliação. Sempre com um foco: fazer o bem bem-feito e cada vez melhor. Por ela, para ela, em jeito de gratidão, estima, consideração e saudade, escreve-se este ensaio. Por mãos de pessoas da saúde e do setor de economia social. Sim, as inquietações científicas lançadas por Zulmira Hartz são intersetoriais, se falassem apenas da saúde não lhe fariam a devida justiça.

Cátia Sá Guerreiro, julho 2021.

Um ensaio crítico permite uma reflexão temática, sem que o autor pretenda esgotar o tema, sendo o assunto exposto de forma pessoal. Sem possuir um caráter de investigação, presta-se à defesa de um ponto de vista pessoal acerca de um dado tema, sem que se paute em formalidades como documentos ou provas empíricas ou dedutivas de caráter científico. Assumindo a forma livre e assistemática sem um estilo definido, este gênero literário pode conter ideias, críticas e reflexões, redigidas de forma mais ou menos formal.

Com o objetivo de contribuir para a reflexão intersetorial sobre a importância da avaliação de intervenções em populações e indivíduos, e, especificamente, de promover o encontro de conceitos, estratégias e ferramentas que possam ser utilizados em diferentes setores de atividade, optou-se pela redação de um ensaio crítico.

Neste, considerando intervenções em saúde e intervenções sociais, procuraremos mobilizar conceitos de avaliação, refletindo sobre possíveis pontos de encontro e aprendizagens que possam ocorrer no desafio da translação do conhecimento entre setores de atividade. Lançar a reflexão e o debate em torno de matérias sobejamente importantes para o sucesso de intervenções que se esperam impactantes, tanto na saúde como no desenvolvimento social dos públicos-alvo a quem se dirigem, eis o que nos move.

MERGULHANDO EM CONCEITOS ESSENCIAIS

O conceito de intervenção subjacente ao presente trabalho está diretamente associado ao conceito de cidadania ativa e à relação de ajuda estabelecida no sentido de promover as competências de participação de uma pessoa na construção do seu projeto de autonomia de vida, desenvolvendo ao mesmo tempo a sua dignidade e garantindo-lhe o seu direito de autodeterminação, decorrentes da Declaração Universal dos Direitos Humanos¹. A intervenção é concebida como um “sistema organizado de ação” cujos componentes são constituídos pela estrutura, atores, práticas, processos de ação, finalidades e ambiente da intervenção². Assim sendo, e segundo essa linha de pensamento,

uma intervenção procura a resolução de um problema coletivo e o envolvimento dos sujeitos daquela realidade social na intervenção propriamente dita.

Uma intervenção é caracterizada por cinco componentes: objetivos; recursos; serviços, bens ou atividades; efeitos; e contexto; podendo ter diferentes naturezas: ser uma técnica, uma prática ou procedimento, uma organização, um programa, uma política. Por outro lado, é fundamental ter em conta os atores que ela envolve, os quais lhe conferem a sua forma particular, em um determinado momento e em um dado contexto³. Segundo os mesmos autores, uma intervenção de saúde pode assim ser definida como uma ação programada e composta por meios físicos, humanos, financeiros e simbólicos, organizados em um contexto específico, em um dado momento, com o fim de produzir bens ou serviços, visando modificar uma situação problemática. Toda intervenção em saúde é passível de ser avaliada, ou seja, pode constituir um objeto de avaliação^{3,4}.

Por seu lado, uma intervenção social apoia-se, essencialmente, em uma relação de respeito mútuo, em que a pessoa tanto é ator como sujeito na sua própria intervenção, tendo os seus direitos e deveres enquanto cidadão¹. Assenta em projetos realizados em uma realidade social a partir de um problema. A ação pode focar-se em áreas como educação, assistência social, saúde, entre tantas outras, tendo como principal característica o envolvimento dos sujeitos nos processos de intervenção. Naturalmente, também as intervenções sociais são passíveis de ser avaliadas.

Detenhamo-nos no conceito de avaliação, para depois o discutirmos associado aos dois tipos de intervenção suprarreferidos.

É amplamente conhecida a expressão de Contandriopoulos et al. segundo a qual *“a avaliação é uma atividade tão velha quanto o mundo, banal e inerente ao próprio processo de aprendizagem”*³. Os mesmos autores referem que seria uma ousadia propor uma definição única desse tão vasto conceito, o qual engloba realidades tão distintas como medir, identificar e analisar resultados, tecer julgamento, negociar.

Sublinhamos dois olhares sobre esse vasto conceito.

Schiefer et al.⁵ definem avaliação como o *“exame aprofundado de [...] um projeto com o intuito de chegar a um juízo fundamentado e racional acerca do seu sucesso”* ou ainda como a *“análise detalhada dos resultados, efeitos e impactos de um projeto, ou intervenção, tendo em vista as suas eventuais correção, reformulação, reorientação ou, em alternativa, a extração de conclusões face à implementação de um projeto idêntico no futuro”*. Os mesmos autores sublinham a possibilidade de considerar os processos inerentes à avaliação em diferentes fases do projeto/intervenção: na fase de planeamento do projeto, isto é, antes da sua execução (avaliação *ex ante*); na fase de implementação de projeto, ou seja, enquanto ele decorre (avaliação *in curso*); ou após a conclusão do projeto (avaliação *ex post*)⁵.

Destacamos também a definição de Brousselle et al. segundo a qual “avaliar consiste fundamentalmente em emitir um juízo de valor sobre uma intervenção, implementando um dispositivo capaz de fornecer informações cientificamente válidas e socialmente legítimas sobre essa intervenção ou qualquer um de seus componentes, com o objetivo de proceder de modo a que os diferentes atores envolvidos, cujos campos de julgamento são por vezes diferentes, estejam aptos a se posicionar sobre a intervenção para que possam construir individual ou coletivamente um julgamento que possa se traduzir em ação”².

Esse julgamento pode ser o resultado da aplicação de critérios e de normas, procurando apreciar cada um dos componentes da intervenção (avaliação normativa); ou elaborar-se a partir de procedimentos científicos que permitam analisar e compreender as relações de causalidade entre diferentes componentes da intervenção (pesquisa avaliativa)^{2,3}. Uma intervenção, qualquer que seja, pode ser alvo dos dois tipos de avaliação³.

Detenhamo-nos agora de forma breve sobre o conceito de implantação de uma intervenção. Segundo Tornatzky e Jonhson e Patton, citados por Denis e Champagne em 1997⁶, por implantação, entendemos a transferência, em nível operacional, de uma intervenção. O mesmo artigo refere que o processo de implantação de uma intervenção representa uma etapa distinta e posterior à decisão de adotar uma mudança, reportando à operacionalização de um projeto, isto é, à sua integração a um dado contexto organizacional⁶.

Resta-nos olhar o conceito de impacto. Conceitos como *output*, *outcome*, impacto estão normalmente relacionados com resultados/efeitos (embora de diferentes ordens) associados a políticas, programas, projetos, processos, iniciativas, ações ou atividades. Não sendo universal a definição que caracteriza cada um desses conceitos, poder-se-á considerar que a sua referência está associada a diferentes escalas. Não vamos aprofundar cada um, olhemos apenas com algum detalhe para o termo “impacto”.

O impacto não deve ser confundido com resultados (o que o projeto faz) ou com os efeitos (o que os resultados provocam)⁵. O impacto é considerado como o último elo na chamada cadeia de resultados, que relaciona os inputs de uma intervenção com os seus resultados de médio e longo prazo. O impacto de uma intervenção consiste então nos efeitos resultantes da implementação dessa intervenção em um determinado local, ao nível dos indicadores sociais, econômicos, ambientais, entre outros; e das alterações comportamentais nos beneficiários finais⁷.

Em 2001, o Comité de Ajuda ao Desenvolvimento, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (CAD/OCDE), definiu impacto como o conjunto de “efeitos a longo prazo de uma intervenção de desenvolvimento, positivos e negativos, primários e secundários, produzidos direta ou indiretamente, com ou sem carácter intencional”, definição esta comumente adotada por várias agências da Organização das Nações Unidas.

MOBILIZANDO CONCEITOS

Avaliando intervenções, da teoria à prática

A área de avaliação das intervenções conheceu franco desenvolvimento nas décadas de 1960 e 1970 com a implantação de grandes programas sociais nos Estados Unidos da América (EUA), os quais versavam áreas muito diversificadas como a educação, a habitação, a reinserção social, a garantia dos cuidados de saúde e as pensões para pessoas de baixa renda³. Nesse período, a prática da avaliação, visava a objetivos essencialmente somativos. Tais avaliações, baseadas unicamente nos efeitos trazidos por uma intervenção, tinham (e têm), geralmente, como finalidade decidir pela continuidade ou interrupção dos diferentes programas sociais³.

Muitos são os objetivos da avaliação de uma intervenção, podendo ser oficiais ou oficiosos, explícitos ou implícitos, consensuais ou conflitantes, aceitos por todos os atores ou somente por alguns³. Em 1997, Contandriopoulos et al. definem quatro tipos de objetivos oficiais de uma avaliação: i) ajudar no planejamento e na elaboração de uma intervenção (objetivo estratégico); ii) fornecer informação para melhorar uma intervenção no seu decorrer (objetivo formativo); iii) determinar os efeitos de uma intervenção para decidir se ela deve ser mantida, transformada de forma importante ou interrompida (objetivo somativo); iv) contribuir para o progresso do conhecimento, para a elaboração teórica (objetivo fundamental)³. Os mesmos autores sublinham que devem ser reconhecidos os objetivos oficiosos dos diferentes atores³.

A avaliação de uma intervenção de saúde pode ser constituída pelos resultados de vários tipos de análise, os quais podem ser obtidos por métodos e abordagens distintos. Para potenciar a utilidade dos resultados de uma avaliação, é importante a consciencialização de que ela é um dispositivo de produção de informação e, conseqüentemente, é fonte de poder para os atores que a controlam³.

A avaliação normativa não garante particular atenção à especificação dos processos envolvidos na produção das mudanças observadas depois da introdução de uma intervenção, nem à relação com o contexto em que a intervenção ocorre. A não ser que o fim da avaliação seja a contabilização dos efeitos ou mudanças, sem pretender caracterizar ou compreender os processos e contexto em que estas ocorrem, sugere-se que a realização da avaliação de uma intervenção deva ir além de um objetivo estritamente somativo e permitir um julgamento não só sobre a eficácia da intervenção como também sobre os fatores explicativos dos resultados obtidos, tendo em vista modificações posteriores⁶.

Com recurso à já referida pesquisa avaliativa, é possível fazer um julgamento *ex post* de uma intervenção, usando métodos científicos. Esta permite analisar a pertinência, os fundamentos teóricos, a produtividade, os efeitos e o rendimento de uma intervenção em saúde, assim como as relações existentes entre a intervenção e o contexto no qual ela se situa, geralmente, com o objetivo de ajudar na tomada de decisões^{3,4}, abrindo caminho para a garantia da utilidade da avaliação.

No que concerne às intervenções sociais, diferentes autores apresentam diversas razões pelas quais é fundamental que organizações da economia social realizem um processo de avaliação ou medição de impacto das suas intervenções.

Para Cotta⁸, a avaliação dos resultados das organizações sociais é fundamental para a racionalização da atividade desenvolvida por essas organizações. Segundo o autor, sem a presença de mecanismos que permitam avaliar adequadamente os resultados gerados, a organização irá muito provavelmente incorrer em situações de ineficiência, que se poderão traduzir no desperdício de recursos que se revelam incapazes de contribuir para a criação de valor social. Desse modo, a não adoção de ferramentas de avaliação terá implicações negativas no nível de eficiência dos recursos geridos por uma organização social⁸.

A academia Future Learn, no seu artigo intitulado *How and why to measure social impact*⁹, reforça a ideia de que a medição de impacto social provocado permite perceber, comunicar e gerir o valor social criado de uma maneira transparente, que pode ser utilizada em três aspectos:

1. Por um lado, permite melhorar a otimização dos recursos normalmente escassos das organizações, melhorar o planeamento e escalar com mais sucesso os seus projetos, de modo mais eficaz e eficiente;
2. Ajuda também no que toca à atratividade dos investidores, já que a organização consegue demonstrar resultados relativamente aos investimentos por eles (ou por outros) realizados;
3. Pode criar tendência no que diz respeito à forma de atuar do setor público, devendo, para isso, comunicar de uma forma diferente os seus resultados.

Análise de implementação em intervenções em saúde, da teoria à prática

Partindo da já referida importância da avaliação de intervenções e tendo por base que a pesquisa avaliativa poderá fornecer uma maior amplitude de informação sobre o impacto das intervenções em saúde, visto que permite ir para além dos aspectos meramente somativos, detenhamos a nossa reflexão sobre a diversidade de oferta de estratégias de análise. Procuremos compreender qual das estratégias se adequará de forma mais evidente à avaliação de impactos em intervenções de saúde.

A pesquisa avaliativa pode decompor-se em seis tipos diferentes de análise: análise de estratégia, análise de intervenção, análise de produtividade, análise dos efeitos, análise do rendimento e análise da implementação^{3,10}. Considerando o conceito de impacto já referido, verifica-se que a estratégia de análise que melhor concorre para a sua avaliação em intervenções de saúde é a análise de implantação.

A análise da implantação preocupa-se com as relações entre o contexto, as variações no grau de implantação e os efeitos produzidos pela intervenção. Ela visa especificar as condições de implantação e os processos de produção dos efeitos de uma intervenção. A realização desse tipo de avaliação deverá, portanto, aumentar a utilidade dos resultados das pesquisas avaliativas⁶.

Muito se escreveu sobre esse tipo de análise e os procedimentos que lhe são inerentes. Denis e Champagne, em um trabalho publicado em 1990 pela Universidade de Montreal, e republicado em 1997 com revisão de Hartz^{3,6}, propõem uma tipologia que compreende três abordagens/componentes distintos. A análise dos determinantes contextuais do grau de implantação da intervenção é definida como o primeiro componente, sendo o segundo a análise da influência da variação na implantação sobre os efeitos observados. A análise da influência da interação entre o contexto de implantação e a intervenção sobre os efeitos observados constitui o terceiro componente.

Desse modo, e citando os mesmos autores⁶, a análise da implantação se preocupa com as relações entre o contexto, as variações na implantação e os efeitos produzidos pela intervenção, visando especificar as condições de implantação e os processos de produção dos efeitos de uma intervenção. Os autores⁶ referem que vários modelos conceituais procuram definir as variáveis explicativas da implantação de uma intervenção, não existindo consenso nesta matéria. A literatura⁶ refere cinco perspectivas para análise do contexto (adaptado de Scheirer): racional; desenvolvimento organizacional; psicológico; estrutural; e político, sobre os quais não nos detemos em pormenor, sublinhando, porém, que cada um deles lança hipóteses que podem ser úteis para explicar o nível de implantação de uma intervenção e a forma como o contexto age sobre o seu impacto.

Em termos de estratégias de pesquisa adequadas à análise de implantação, o estudo de caso, o estudo comparativo e a experimentação surgem como as principais sugestões, sendo que o estudo de caso parece ser particularmente útil para conduzir esse tipo de avaliação⁶. A literatura confirma que, para a análise de implantação, o estudo de caso é particularmente recomendável quando se pretende apreender a realidade em profundidade^{11,12}.

Da leitura aprofundada da documentação existente sobre esta matéria, os autores do presente ensaio verificam a não facilidade de definição precisa de aspectos práticos

de aplicação e exercício da análise de implantação. Ainda que bem descrita na literatura no que concerne aos paradigmas subjacentes ao conceito de análise de implantação, a forma de a operacionalizar nem sempre é evidente. Sublinhamos, porém, a existência de estudos publicados, os quais, constituindo análises de implantação, poderão servir de guia para aspectos metodológicos menos claros^{11,13-15}.

Avaliação de impacto em intervenções sociais, da teoria à prática

O impacto social, como vimos, tem, sobretudo, a ver com a mudança positiva que determinada organização ou projeto cria ao longo do tempo. A sua extrema importância relaciona-se com o fato de que é fundamental compreender, medir e comunicar o impacto para o conseguir comunicar e atrair investimento ou financiamento. É também fundamental em termos estratégicos, já que confirma (ou não) o cumprimento e o alinhamento da visão e missão em longo prazo⁹.

Segundo Robyn Klingler-Vidra¹⁶, o termo “impacto social” foi usado pela primeira vez em um seminário da Universidade de Yale em 1969, sobre as responsabilidades éticas dos investidores institucionais. Para os líderes do seminário, o objetivo foi considerar os aspectos sociais e ambientais das atividades de investimento, além do retorno financeiro deste. No ano seguinte, a Lei de Política Ambiental Nacional dos EUA articulou um conjunto de práticas e procedimentos denominado Avaliação de Impacto Social, passando a constituir uma exigência legal para capturar sistematicamente o impacto socioeconômico potencial (negativo) de usos industriais da terra em grande escala. Essa avaliação exigida pelo governo esforçou-se para exigir reflexão sobre a degradação ambiental no desenvolvimento imobiliário e os custos socioeconômicos potenciais da deslocação de pessoas e atividades. Dito de forma simples, a orientação era negativa: presumia-se que os projetos de desenvolvimento afetavam negativamente o meio ambiente e as comunidades locais¹⁶.

O crescimento do conhecimento e aplicação do conceito de impacto e avaliação de impacto social dá-se, sobretudo, no pós-crise de 2008, altura em que a própria sociedade começa a reconhecer as empresas, não só pelo retorno que dão aos seus acionistas, mas também pelos impactos sociais e ambientais que provocam no contexto em que se movem¹⁶. Por consequência, torna-se comum que o financiamento/investimento de intervenções sociais esteja associado a uma cada vez mais rigorosa avaliação de resultados e impactos, indo ao encontro do que refere De Robertis-Theye, segundo a qual o financiamento contínuo de projetos é garantido pelo comprovar da eficácia deste, acrescentando ainda que “um histórico de sucesso também pode ajudar a difundir boas ideias, permitindo que a mudança positiva se infiltre em mais comuni-

dades e melhora mais vidas. Igualmente importante é identificar iniciativas que não estão a ter um bom desempenho, para que possam ser alteradas e melhoradas – assegurando que os recursos comprometidos tenham o impacto ambiental, social, ou outro impacto positivo pretendido”¹⁷.

Pode-se definir avaliação do impacto social como uma avaliação das alternativas políticas em termos das suas consequências operacionais¹⁸, caracterizando-se por procurar identificar os impactos de longo prazo de uma intervenção social, intencionados ou não⁵.

Sendo a avaliação de impacto social um processo de avaliação, ela poderá ser realizada antes da implementação dos projetos, durante a execução do projeto (medição de *outputs* e *outcomes*, ou a avaliação de impactos esperados, tendo presente os *outputs* gerados e os *outcomes* gerados e esperados) ou após a execução dos projetos¹⁹. É fundamental que essa lógica avaliativa acompanhe toda a implementação, garantindo a melhor aplicação dos recursos, bem como a melhoria contínua do trabalho realizado. Importa sublinhar que a avaliação não termina com a realização da última atividade ou com a entrega do relatório final – sublinha-se a importância de, passado tempo, voltar ao local e compreender qual foi realmente o impacto provocado aos mais diversos níveis: na vida das pessoas, na política social, no modo de agir, nos recursos económicos utilizados para a resolução do problema, entre outros aspectos.

Considera-se oportuna a avaliação prévia de impactos sociais de forma a aferir os impactos espectáveis associados à implementação de uma intervenção, permitindo não só atestar a pertinência do projeto e a relevância da sua implementação, como também aferir os impactos negativos decorrentes da futura implementação, possibilitando a definição de estratégias de mitigação destes, e de rentabilização dos impactos positivos⁵.

De modo a implementar um processo de avaliação de impacto social, é necessário ter presente a resposta a algumas questões, independentemente de se tratar de uma avaliação *ex ante* ou *ex post*:

- “O que está/estava planeado executar?
- “O que foi/ou será executado?
- O que é necessário ser feito, de modo a maximizar os impactos positivos e mitigar os impactos negativos?”¹⁸

Segundo a mesma fonte, depois de respondidas as questões de partida, para a avaliação de impacto, é necessário realizar os seguintes passos:

1. Esclarecer os aspectos centrais da Avaliação de Impacto Social (a partir das três questões fundamentais já indicadas);
2. Delinear preliminarmente o processo de avaliação;

3. Estruturar a avaliação/Delimitar o âmbito definitivo;
4. Realizar a avaliação de impacto social;
5. Desenhar em conjunto o relatório final de avaliação de impactos sociais. Ou seja, o documento final e a interpretação dos dados associados à avaliação de impacto final a partir das questões subjacentes a todo o exercício.

Sublinha-se a sugestão de que o primeiro passo para medir o impacto social é decidir sobre o *framework* a utilizar, antes de iniciar a implementação da intervenção. A escolha de um *framework* oferece uma estrutura dentro da qual se podem definir metas em relação às quais se pode medir o desempenho. Dessa forma, os definidos indicadores de desempenho podem ajudar a desenvolver a estratégia de implementação da intervenção. Dependendo da organização, dos recursos disponíveis e do escopo e foco da avaliação, poder-se-á optar por um *framework* já definido ou criar um para o efeito¹⁷.

São inúmeras as estratégias metodológicas existentes para medição do impacto social na área da economia social, com *frameworks* definidos, distinguindo-se pelos aspectos nos quais se focam ou pelo seu *modus operandis*. Nesse sentido, torna-se fundamental, em primeiro lugar, refletir sobre o que se pretende avaliar e com que objetivo, para depois decidir qual a ferramenta a utilizar.

Entre as ferramentas mais comumente utilizadas, encontramos: Análise de Risco, Análise de Sustentabilidade, Teoria da Mudança, SROI (Social Return on Investment), Heritage Impact Assessments for Culture Worlds Heritage Properties, B impact assessment, Sustainable Development Goals, Principal Responsible Investment ou Global Report Initiative.

De fato, a avaliação do impacto de intervenções sociais deve ser realizada de forma objetiva, de modo a integrar aqueles que forem os resultados, positivos ou negativos, por forma a dar continuidade ou escalar determinada atividade, ou a identificar fatores a ser corrigidos/melhorados para minimizar ou neutralizar impactos negativos ou menos positivos que tenham surgido.

Dessa forma, e tendo presente que nem todos os impactos são previstos, na medida em que ocorrem fenômenos que são externos à intervenção e/ou fenômenos imprevisíveis, é importante ter em consideração que a mudança (ou seja, o impacto) pode ser intencional ou um efeito secundário não intencional²⁰. Todavia, a avaliação de impactos poderá contribuir fortemente para a mitigação de impactos negativos e para rentabilização de impactos positivos.

Acreditamos que, muito embora a avaliação de impacto tenha começado por ser uma exigência por parte de financiadores e investidores sociais, é crescente a conscientização dos atores da economia social da sua importância, já que é também cada vez

maior o desejo de empoderamento de cada pessoa/comunidade por meio desse tipo de intervenção, tornando-a o ator principal do seu processo de desenvolvimento.

Convergência de caminhos?

Saúde. Economia Social. Intervenções que visam impactar a vida de indivíduos e comunidades, seja pela melhoria das condições de saúde e indicadores epidemiológicos, seja pela promoção do desenvolvimento social sustentável. Setores distintos, objetivos concretos e metas tantas vezes comuns.

Para ambos os setores, verificamos a preocupação com a importância de avaliar o impacto das intervenções, seja para as poder replicar ou manter, seja para melhorar o que já se faz, em uma perspectiva de potencializar resultados. Em ambos os setores, a preocupação com a definição de modelos de análise e de avaliação desse impacto. Em ambos os setores, a procura de estratégias metodológicas e ferramentas que permitam trazer a público o impacto das intervenções e a sua relação com os contextos em que ocorrem.

Verificamos, porém, que cada setor produziu ao longo dos tempos as suas reflexões, os seus modelos de análise, as suas ferramentas. Movidos por inquietações comuns – e concretamente falamos de avaliar o impacto das intervenções –, fizeram e fazem caminhos distintos, dos quais os conceitos de análise de implantação e de avaliação de impacto social, e sua consequente operacionalização, são exemplo.

Isso transporta-nos a um outro conceito, também muito mobilizado por Zulmira Hartz – o conceito de translação do conhecimento.

Bennett e Jessani, citados por Craveiro e Hartz²¹, referem que a translação de conhecimentos diz respeito ao ponto de encontro entre dois processos fundamentalmente diferentes: investigação e ação. Assim sendo, isso significa mais do que disseminação de resultados, na medida em que a translação de conhecimento é um processo dinâmico e interativo que exige a participação ativa de pesquisadores e de utilizadores da investigação²¹.

Tendo por origem a teoria da translação utilizada no campo da linguística e da comunicação, vem sendo adotada em diversos campos, inclusive o da saúde, reportando ao intercâmbio, síntese e aplicação do conhecimento²².

Falar de translação do conhecimento é referir-se ao movimento que o conhecimento faz em um contexto organizacional em prol da sua efetiva aplicação²³. A literatura sublinha que, não obstante os esforços despendidos no sentido de minimizar as lacunas existentes entre evidências científicas, formulação de políticas, implantação de programas e melhores resultados de saúde, diversos fatores são identificados como obstáculos a que tal aconteça²³.

Dessa forma, levar o conhecimento à prática é reconhecido como um processo complexo, verificando-se que o fato de ter gerado conhecimento não é sinônimo da sua aplicação prática. Isso significa que o conhecimento e sua divulgação não são suficientes para levar, por exemplo, a uma decisão política que demonstre e promova a mudança de atitudes, hábitos ou comportamentos.

Assumindo a translação do conhecimento como oportunidade para reduzir o fosso entre os que produzem conhecimento (pesquisadores) e os que irão beneficiar com esse conhecimento (profissionais, decisores políticos e sociedade em geral), torna-se importante uma maior compreensão do impacto do processo de translação no empoderamento e capacitação dos diferentes intervenientes e na promoção do seu papel enquanto agentes de mudança²⁴.

Ora, mediante o que foi refletido em relação à análise do impacto das intervenções de saúde e sociais, por que não falar de translação do conhecimento intersectorial? Ou seja, por que não falar da mobilização de conhecimento obtido pela investigação em uma perspectiva intersectorial e até transsectorial? Não terá a saúde a aprender com a economia social e vice-versa? Será possível, em qualquer um desses setores de atividade, trazer para a ação o conhecimento que o outro tem em matérias potencialmente comuns? Por exemplo, poderá a economia social se beneficiar com os achados da análise de implantação, bem como a saúde com as ferramentas de avaliação de impacto social?

Assim sendo, levantadas essas questões, ousamos lançar um tema à reflexão dos leitores e pesquisadores nessas matérias. Falamos já de translação de conhecimento em matéria de aplicação do saber científico na decisão política. Poderemos falar da translação do conhecimento entre setores de atividade? A criação de pontes conhecimento-ação-decisão-intersectorialidade poderá abrir caminhos que potenciem o impacto das intervenções de cada setor? Estamos convictos que sim, podemos estar diante de uma convergência de caminhos, sem que, porém, cada um perca a sua individualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste ensaio, buscamos mobilizar conteúdos provindos da saúde e da economia social, de autores de ambos os setores de atividade. Procuramos convergência, mas também olhares distintos que possam construir pontes em matéria de conhecimento.

Ao confrontar esses dois setores em matérias de avaliação do impacto das suas intervenções, encontramos conhecimento produzido e mobilizado em cada setor, desafios próprios, mas também comuns; ferramentas distintas, cada uma no seu setor. Parece-nos que abrir a porta à partilha de saberes, à discussão de estratégias e até

de ferramentas poderá potenciar a forma como se avalia o impacto das intervenções e assim ampliar os resultados delas, com indivíduos e comunidades que queremos saudáveis e socialmente desenvolvidas.

Começamos este caminho e ficamos com vontade de o continuar – em prol da partilha de saberes e de desafios, da rentabilização do conhecimento que vai crescendo em cada um dos setores e que poderá certamente proliferar de forma mais eficaz se for partilhado, discutido, utilizado em rede.

Referências

1. Monte T. Intervenção social – Knoow.net Enciclopédia temática [Internet]. 14 jan 2019 [citado 2021 jul 29]. Disponível em: <https://knoow.net/ciencsocioishuman/psicologia/intervencao-social>
2. Brousselle A, Champagne F, Contandriopoulos A-P, Hartz Z. Avaliação: conceitos e métodos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2011.
3. Contandriopoulos A-P, Champagne F, Denis JL, Leal MC, Pineault R. Avaliação na área da saúde: conceitos e métodos. In: Hartz ZMA, organizadora. Avaliação em Saúde: dos modelos conceituais à prática na análise da implantação de programas. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; 1997. p. 29-47.
4. Guerreiro CS, Hartz Z. A evacuação de doentes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa para Portugal – estudo de avaliabilidade. An Inst Hig Med Trop (Lisb). 2015;14:101-8.
5. Schiefer U, Bal-Döbel L, Batista A, Döbel R, Nogueira J, Teixeira P. MAPA – Manual de Planeamento e Avaliação de Projeto. Estoril: Principia; 2006. 256 p.
6. Denis J-L, Champagne F. Análise de Implantação. In: Hartz ZMA, organizadora. Avaliação em saúde: dos modelos conceituais à prática na análise da implantação de programas. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; 1997. p. 49-88
7. Camões PA. Instituto da Cooperação e da Língua. Avaliação do Impacto: breve introdução. Documento de Trabalho no 1/13; 2013.
8. Cotta TC. Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. RSP. 1998;49:103-24.
9. Future Learn. How and why to measure social impact. [Internet]. [cited 2021 Jul 29]. Available from: <https://www.futurelearn.com/info/courses/social-enterprise-growing-a-sustainable-business/0/steps/146153>

10. Samico I, Felisberto E, Figueiró AC, Frias PG, organizadores. Avaliação em Saúde: bases conceituais e operacionais. Rio de Janeiro: Medbook, Editora Científica; 2010. 196 p.
11. Oliviera DG, Frias PG, Vanderlei LCM, Vidal SA, Novaes MA, Souza WV. Análise da implantação do Programa Telessaúde Brasil em Pernambuco, Brasil: estudo de casos. Cad Saúde Pública. 2015;31:237-89.
12. Yin RK. Case Study Research and Applications – Design and Methods. 6th ed. Los Angeles: Sage Publications, 2018.
13. Oliveira LGD, Natal S, Camacho LAB. Análise da implantação do Programa de Controle da Tuberculose em unidades prisionais no Brasil. Cad Saúde Pública. 2015;31:543-54.
14. Domingues RMSM, Torres JA, Leal MC, Hartz ZMA. Fatores contextuais na análise da implantação de uma intervenção multifacetada em hospitais privados brasileiros: reflexões iniciais da pesquisa avaliativa “Nascer Saudável”. An Inst Hig Med Trop (Lisb). 2019;47-55.
15. Vieira-da-Silva LM, Hartz ZMA, Chave SCL, Pontes da Silva GA, Paim JS. Análise da implantação da gestão descentralizada em saúde: estudo comparado de cinco casos na Bahia, Brasil. Cad Saúde Pública. 2007;23:355-70.
16. Klingler-Vidra R. Social Impact: origins and evolution of the term. Global Policy Journal [Internet]. 19 dez 2019 [cited 2021 Jul 30]. Available from: <https://www.globalpolicyjournal.com/blog/19/12/2019/social-impact-origins-and-evolution-term>
17. DeRobertis-Theye N. How to measure Social Impact: 8 best practices. Submittable Blog [Internet]. 4 fev 2021 [cited 2021 Jul 30]. Available from: <https://blog.submittable.com/measure-social-impact/>
18. Western J, Lynch M. Overview of the Social Impact Assessment Process. In: Goldman LR, editor. Social Impact Analysis: An Applied Anthropology Manual [Internet]. Oxford: Routledge; 2000 [cited 2021 Jul 30]. Available from: <https://www.routledge.com/Social-Impact-Analysis-An-Applied-Anthropology-Manual/Goldman/p/book/9781859733929>
19. Rossi PH, Lipsey MW, Henry GT. Evaluation – A Systematic Approach [Internet]. 6th ed. Thousand Oaks, California: Sage Publications; 2021 [cited 2021 Jul 30]. Available from: <https://us.sagepub.com/en-us/nam/evaluation/book243885>
20. Muir K, Bennett S, Centre for Social Impact. The Compass: Your Guide to Social Impact Measurement [Internet]. Sydney: University of New South Wales; 2014 [cited 2021 Jul 30]. Available from: <https://books.google.pt/books?id=acwUrgEACAAJ> (2014).
21. Craveiro I, Hartz Z. Avaliação do papel das redes de investigação na translação do conhecimento. An Inst Hig Med Trop (Lisb). 2016;15:35-40.

22. Abreu DMF, Santos EM, Cardoso GCP, Artmann E. Usos e influências de uma avaliação: translação de conhecimento? *Saúde Debate*. 2017;41:302-16.

23. Bezerra LCA, Felisberto E, Costa JMBS, Hartz Z. Translação do Conhecimento na qualificação da gestão da Vigilância em Saúde: contribuição dos estudos avaliativos de pós-graduação. *Physis*. 2019;29:e290112.

24. Dias S, Figueiró AC, Gribel E, Salvo MP, Claude Pirmez C, Hartz Z. Avaliação do processo de translação do conhecimento na investigação em saúde – um estudo de caso dos projetos Grand Challenges Brasil. *An Inst Hig Med Trop (Lisb)*. 2016;15:95-9.

Acesse a **Biblioteca Digital do Conass** e baixe esta publicação
e os demais volumes da Linha Editorial Internacional de
Apoio aos Sistemas de Saúde (LEIASS) e muito mais!

www.conass.org.br/biblioteca

